

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: *Político Indig. Oficial*

Data: *12 de Setembro de 1976*

Pg.: *213*

A Funai como empresa e o fim do respeito ao índio

ORLANDO VILLAS-BOAS

Em nenhuma época da nossa história, os índios brasileiros constituíram objeto de tanta polémica como nos dias atuais. E há de se considerar que, no passado, eram eles em número incomparavelmente maior. No início — de um extremo a outro do nosso imenso território — grandes "nações" indígenas, algumas relativamente estáveis, outras em constante movimentação, formavam uma população que pesquisadores, dignos de crédito, estimam em 4, até 5 milhões de almas. Número considerável, se levarmos em conta a população do mundo nessa mesma época.

Hoje, temos diante de nós o que poderíamos chamar de remanescentes daqueles primitivos — ou seja, mais ou menos 100 a 120 mil criaturas, com pouco 140 grupos que se dispersam pelo Norte, Centro-Oeste e Sul do País.

Múltiplos foram os fatores que contribuíram para esse trágico resultado, e dentre esses fatores cumpre destacar, por mais decisivo, a ação dos que, movidos por uma ambição de domínio ou de riquezas, estimularam, empenhando-se em civilizar os índios, integrando-os à sociedade nacional.

Neste momento, paralelamente à franca marcha de um novo e, ao que parece, definitivo movimento de expansão das nossas fronteiras geoeconômicas, estamos, conforme se divulga, dando uma torção brusca na nossa política indigenista. De órgão essencialmente assistencial, a FUNAI caminha, neste momento, para uma empresa com fins lucrativos, onde o índio, nos projetos tais como os que já foram implantados, como aqueles que o serão daqui para a frente, será aproveitado, como tem sido até hoje, como "mão-de-obra barata".

Na reunião recente, divulgada pelos jornais, o órgão tutor delineia nova orientação que será implantada. Ali, condena-se a atitude "paternalista" que se pensa vem sendo executada. Diriamos não "paternalista", mas sim de mau padrasto. E, depois, que atitude deve ser adotada pelo tutor para com o tutelado?

O engraçado é que não queremos ser paternalistas no desempenho da assistência, da orientação, mas não abdicamos do direito de sermos "paternalistas" quando tiramos do índio o direito de opção, de decidir e, mais grave, quando dispomos de seu destino como povo e dos seus bens seculares, facilitando para depois discutir e ajustar a ocupação de seu bem maior, que é a terra. Somos paternalistas quando damos a nós direitos expressos nos estatutos de mudar, remover toda uma comunidade, quando ela se tornar, a nosso ver, incômoda. Em resumo: vamos fazer com que ele conquiste a enzada, mas vamos continuar invadindo discretamente a sua terra. Em verdade, o que existe é uma dívida nossa para com essa gente, e tudo que fizermos não passará de uma retribuição compensatória pelo muito que nos deram e, mais ainda, por tudo aquilo que lhes arrancamos.

Em todas as épocas, mesmo no antigo SPI, extinto por força da corrupção, houve pressões dos "desenvolvimentistas" sobre a terra dos índios, isso em todos os governos. Mas todos eles, através dos seus órgãos imediatos e responsáveis, souberam contê-los. Por que, agora, havemos de ceder?

Falamos em abolir o "paternalismo" e caminhar até a emancipação, mas nos indignamos, reprovamos, quando índios, há pouco, como os "temíveis gaviões", levantaram a bandeira branca, ao mesmo tempo em que dispuseram a continuar, independente da

tutela, a gerir seus próprios negócios castanheiros. E outros? Não nos pungem os infelizes e hoje errantes nhambiquaras de Rondon, que competem seu solo milenar com grandes empresas paulistas e gaúchas? E as disputas de soluções sempre adiadas de nonoai? E as terras centenárias dos kadiweu, hoje alienadas? E os xavantes de trabuco em punho defendendo seus direitos? E os bororo há 60 anos "civilizados", onde ainda morre gente defendendo-os? E os crimes impunes daqueles que heroicamente caíram na defesa da terra do índio?

Tudo foi dito como se o índio para isso já estivesse preparado. E claro que, em alguns grupos, que estão parados em meio do processo, torna-se possível, com muita cautela, e aproveitando experiências havidas, implantar projetos sócio-econômicos, onde o aspecto social deverá constituir preocupação maior. Pelas notícias divulgadas, no entanto, parece que os projetos correrão "livres" de antropólogos e sertanistas. Não estamos compreendendo: não são estes os elos de ligação do gabinete com o campo? Como, então, prescindir deles?

Finalmente, a Funai nunca eliminou de suas metas a participação do índio na sociedade nacional, mas, ciente do complexo problema, sempre o conduziu com cautela. A nossa experiência, depois de quatro séculos registrados na história, nos autoriza a acreditar o quanto de inoportuno e desumano é o processo, principalmente se levarmos em conta a tumultuada e agressiva fase de expansão da sociedade brasileira: são tantos os problemas e dúvidas que afligem o "homem civilizado", nesta transição por que passa o mundo, que a implantação agora de uma política integracionista apressada nada mais significaria que o início de um rápido processo de extinção dos poucos índios que ainda restam no País, principalmente das comunidades ainda retentoras de seus padrões de vida tradicionais. Não nos parece justo, nem oportuno, nem urgente, destrubar o índio, para a integração. Seria impossível, a curto prazo, substituir traços, padrões e valores, principalmente das comunidades chamadas "primitivas", das quais as técnicas e costumes e concepções do mundo se entrelaçam numa estrutura só. É esse todo que lhes dá um sentido à vida e uma razão de existir.

Não temos dúvida de que, por melhor e mais bem intencionados que estejam aqueles que querem dar à Funai uma preocupação empresarial, acabarão pondo em segundo plano o sentido principal do órgão, que é a assistência e o respeito à cultura do nosso índio. É preciso que eles estejam preparados para assumir a responsabilidade histórica do que vai acontecer.

A constante, na reunião dos técnicos do Ministério do Interior e os da Funai, conforme se divulgou, foi novamente a integração do índio na sociedade nacional.

Se de um momento para outro desaparecessem todos os índios do Brasil, nada se alteraria. Muitos até ficariam admirados em saber que havia índios por aqui. Outros, que consideram o índio um entrave ao desenvolvimento, se regozijarão. Apenas os humanistas daqui e do resto do mundo perguntarão por quê. Mas isso não terá a menor importância, se no seu lugar ficarem bois, muitos bois.

Com referência à observação inteligente, proferida pelo ex-dirigente da Sudene ao sobrevoar o Xingu — "se deixarem por minha conta, em menos de um ano transformarei esses índios nos melhores vaqueiros do Brasil Central" — o cidadão, por certo, esqueceu-se de acrescentar que todos eles serão tão felizes, desenvolvidos e assisti-

dos quanto os vaqueiros do Nordeste.

No Rio Grande do Sul, outra alta autoridade afirmou ("Estado de S. Paulo" — dia 10/12): "Constatamos que o índio é um destruidor da natureza". Brasileiro civilizado. Falando nesses termos, deve ser anedota. Ou quem sabe se realmente foram os índios que reduziram as reservas florestais do Estado do Rio Grande do Sul a 1 por cento do que eram no começo do século? Quem sabe se também não serão os índios os acionistas ocultos da Borregaard? Será que esse cidadão é humorista?

Achamos inconcebível o que se divulgou, que forças estranhas ou paralelas repartem com o presidente Ismarth a condução da Funai. Não acreditamos. Confiamos em que o presidente Ismarth, a quem se credita a mais árdua luta na defesa da terra indígena, luta esta que jamais um presidente — mesmo no extinto SPI — teve disposição de enfrentar, saiba conduzir com cautela e certo o destino dos nossos míseros índios, neste momento, um dos mais críticos até hoje vividos.